

Desafios da implantação do atendimento educacional especializado no Ensino Superior

Alexandra Ayach Anache*
Sabrina Stella Maris Rovetto**
Regiane Alves de Oliveira***

Resumo

Este trabalho tem como objetivo fazer um recorte sobre o Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior, utilizando como base teóricos que versam sobre a implantação do AEE, desde os anos de 1950 à atualidade. Além disso, apresentaram-se algumas experiências de sucesso, no que se refere à implantação de programas de tecnologias assistivas e de acessibilidade, os quais têm contribuído para entrada, permanência e conclusão do ensino superior para pessoas com necessidades educacionais especiais. A partir do exposto, esta pesquisa teve como metodologia caráter retrospectivo, descritivo e documentado a respeito da experiência do processo de implantação do AEE em uma instituição de ensino superior. Para tanto, foram utilizados registros em cadernos de campo e documentos escritos, que registraram o conteúdo de entrevistas informais, por meio da técnica da conversação, realizadas com os gestores, diretores, funcionários, professores e alunos com e sem deficiência desta instituição. Participaram desta etapa de trabalho 238 pessoas, sendo 167 pessoas identificadas como portadoras de algum tipo de deficiência e 71 professores, gestores e diretores. A partir deste trabalho, foi possível apresentar a possibilidade de desenvolver diversas ações de ensino, pesquisa e extensão, nos campi da universidade, direcionados às pessoas com necessidades educacionais especiais, apesar dos diversos entraves burocráticos ainda existentes.

Palavras-chave: Educação Especial; Ensino Superior; Atendimento especializado.

* Professora Associada do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Coordenadora do Programa UFMS Acessível: Laboratório de Educação Especial. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

** Acadêmica do curso de Psicologia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Estagiária do Programa UFMS Acessível: Laboratório de Educação Especial. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

*** Acadêmica do curso de História do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Bolsista do Programa UFMS Acessível: Laboratório de Educação Especial de Extensão Universitária da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis.

Challenges of implementation of educational service specialised in Higher Education

Abstract

This work aimed to make a clipping on the Educational Service Specializing in higher education, using as a base, theorists who deal with the implementation of the EEA, from the 1950s to the present. Also some successful experiences were presented, in relation to the implementation of programs for assistive technology and accessibility, which have contributed to the entry, stay and completion of higher education for people with special educational needs. From the foregoing, this study was retrospective, descriptive and documented about the experience of the implementation process of the ESA in a higher education institution. For this, we used records in field notebooks and written documents which recorded the content of informal interviews, through the technique of conversation held with managers, directors, employees, teachers and students with and without disabilities of this institution. Participated in this work step, 238 people with 167 people identified as having a disability and 71 teachers, managers and directors. From this study, we present the possibility of developing several actions of teaching, research and extension, on university campuses, targeted to people with special educational needs, despite the many bureaucratic obstacles that still exist.

Keywords: Special Education; Higher Education; Services Specialised.

Introdução

A Educação Especial é compreendida como campo de conhecimento e modalidade transversal de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades. Cabe a ela realizar o atendimento educacional especializado e disponibilizar o conjunto de serviços e estratégias específicas; como na organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras e possibilitem o acesso ao currículo, à comunicação e aos espaços físicos, considerando as necessidades de cada aluno/a e, promovendo a formação integral com vistas à autonomia e independência, que favoreçam a conclusão da escolarização nos diversos níveis de ensino dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, além da sua interação no contexto educacional, familiar, social e cultural.

A Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003, dispôs sobre requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiências, para instruir os processos de autorização, de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições de ensino superior. O Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamentou o parágrafo único do art. 60, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescentou o dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, o qual assegurou apoio técnico e financeiro à oferta do aten-

dimento educacional especializado e a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

Moreira; Michels; Colossi (2006) afirmaram que, apesar dos avanços da legislação na implementação de novas tecnologias assistivas e na melhoria da acessibilidade, há necessidade de aprofundamentos de pesquisas e aperfeiçoamento de ações que visem a melhoria das condições educacionais.

As pesquisas sobre a inclusão de alunos com deficiências no ensino superior são recentes, sendo que o aumento de publicações se deu a partir de 1998 (ALCOBA, 2008). Em levantamento realizado no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em 02 de novembro de 2011, identificamos 13 trabalhos registrados, tendo havido uma ampliação de estudos nessa área a partir de 2005. Esse fato se deve à dificuldade de acesso às pessoas com deficiência nas universidades, sendo que os acadêmicos/as que concluíram seus estudos nesse nível de ensino foram aqueles que tinham condições para removerem as barreiras existentes, considerando as condições sócio-econômicas e culturais mais favoráveis do que o conjunto desta população.

Em 2008, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), registrou 11.412 pessoas com necessidades educacionais especiais matriculadas em universidades e faculdades, representando 0,22% do conjunto de 5 milhões de universitários, de uma população de 24,6 milhões de pessoas com estas características. Estas informações oficiais merecem aprofundamento quanto à caracterização das condições de acesso, permanência/ensino e conclusão dos cursos universitários por essas pessoas.

O Ministério da Educação, considerando o disposto na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e no Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, tendo a necessidade de assegurar às pessoas com deficiência condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino, resolveu determinar que fossem incluídos os instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de curso superiores, para fins de sua autorização e reconhecimento e, para fins de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para sua renovação e exigir os requisitos de acessibilidade de pessoas com necessidades especiais. (PLANALTO, 2006).

A partir disso, Alcoba (2008) apontou que algumas produções têm abordado a temática do acesso do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino superior, assim como as dificuldades encontradas nesse processo, como podem ser observados nos trabalhos de Mazzoni; Torres (1998), na USP; Mazzoni; Torres; Coelho (1999), na UEM, Soares (1998), Bueno (2002), Soares; Rabelo (2003), na UNB; Santos; Carmo (1998), na UFMG; Gomes (2003), na UEL, Moreira (2003), na UFPR, Lima (2003), na UECE, Pereira (2007), na UERGS, Rosseto (2009), na UERGS, entre outros estudos com esta temática.

Em relação à permanência desses acadêmicos nas IES, destacaram-se os trabalhos de Masini; Bazon (2005); Delpino (2004), da Universidade Presbiteriana

Mackenzie (UPM); Masini; Chagas; Covre (2006); Onofre; Estrela (2005); Mazzini; Torres, (2000, 2005); Garbin (2005), da UNIMEP; Delpizzo; Ghisi; Silva (2005), da UDESC; Carvalho (2001), Parron et al. (2002), na UNOESTE; Porto (2005); Madureira (2004). Eles afirmaram que os problemas enfrentados na permanência desses alunos nas IES devem-se a presença de barreiras atitudinais e pedagógicas.

Caiado et al. (2011), Carneiro (2008), Viana (2008), Oliveira (2007), Ferreira (2007) e Rosseto (2009), consideram que o sucesso escolar desses alunos tem como determinantes o apoio dos professores e da família, os quais contribuíram para a superação das barreiras existentes durante a trajetória escolar.

Os programas governamentais têm contribuído na efetivação da inclusão e permanência do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino superior. De acordo com Rosseto (2009), o Ministério da Educação possui dois programas na área de educação especial relativos a este nível de ensino: o programa de acesso à universidade para estudantes com deficiência (Incluir) e o programa de apoio do Ministério da Educação às Universidades Públicas (PROESP).

O programa Incluir – Programa de Acessibilidade na Educação Superior –, implantado em 26 de abril de 2007, é uma ação afirmativa desenvolvida pela Secretaria da Educação Superior (SESU) e pela extinta Secretaria de Educação Especial (SEESP), criada pelo Ministério da Educação (MEC), o qual teve como objetivo promover o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade, e seu eixo central é a garantia do acesso às Instituições Federais de Ensino Superior, bem como a permanência em igualdade de oportunidades para alunos com deficiência.

O PROESP – Programa de Apoio à Educação Especial – teve início em 2003, com edições subsequentes em 2006 e 2009, através da parceria SEESP e Capes. Seu objetivo era apoiar e incentivar a pesquisa em educação especial e cursos relacionados à formação dos professores do ensino infantil, fundamental, médio e superior, nas modalidades de educação de jovens e adultos e na educação profissional.

Mesmo com as iniciativas oficiais com o fomento de Programas que estimulem o acesso das pessoas com deficiência no ensino superior, como o Programa Incluir (Decreto 5. 296/2004 e 5.626/2005 e no edital Incluir 04/2008), ainda encontram-se dificuldades para institucionalizar uma política de inclusão dentro das IES.

A partir do exposto, o objetivo deste trabalho foi analisar o processo de implantação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), com observância às configurações que ele assumiu no contexto institucional. Portanto, realizamos um mapeamento das produções que registraram as experiências de trabalhos com esta temática e, em seguida, apresentamos os desafios enfrentados na Universidade lócus desta pesquisa, cuja identidade será preservada.

O atendimento educacional especializado no Ensino Superior

Em documento elaborado pelo Ministério Público Federal (2004), o atendimento educacional especializado tem caráter diferente do ensino escolar. Ele constituiu apoios necessários para a eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência encontram ao se relacionar com o seu ambiente, tais como o uso do código braile, da Língua Brasileira de Sinais (Libras), técnicas de orientação e mobilidade, tecnologias assistivas, entre outros.

O Decreto nº 6.571/08 (BRASIL, 2008) definiu o atendimento educacional especializado (AEE) como um sistema de apoio à escolarização de alunos com NEEs como sendo [...] o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular (BRASIL/SEESP, 2008,§ 1). Esse Decreto assegurou que,

[...] e) Na educação superior, estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

Segundo o decreto nº 6.571/08 (BRASIL, 2008), o AEE poderá ser oferecido pelos sistemas públicos de ensino ou pelas instituições especializadas nas salas de recursos multifuncionais (SRMs), sendo elas do tipo I e II. O parágrafo primeiro define como sala de recursos multifuncionais, aqueles ambientes “[...] dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.” A seguir, no parágrafo segundo, asseverou que,

§ 2º A produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade incluem livros didáticos e paradidáticos em braile, áudio e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, *laptops* com sintetizador de voz, *softwares* para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo.

No parágrafo 3º deste Decreto, os núcleos de acessibilidade nas IES [...] visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de alunos com deficiência.

O atendimento educacional especializado no ensino superior já é realidade em algumas universidades, como a UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) e a UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), as quais podem ser citadas como exemplos. Na UNICAMP, isso tem se dado a partir da criação do Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Cesar Lattes - LAB, em 1992, o qual é voltado para a vida acadêmica do aluno com deficiência. O Laboratório produz material adaptado, digitalizando textos ou preparando versões em braile, além de disponibilizar equipamentos com *software* de ampliação ou leitura de textos com

síntese de voz. Também dispõe de *software* para o uso de pessoas com deficiência física e está preparado para recebê-las mediante acesso, por elevador ou equipamentos de auxílio à mobilidade para subir e descer escadas. Há necessidade de fortalecer o seu processo de institucionalização, de modo que avance para consolidação de uma política institucional.

O AEE deve integrar a infraestrutura básica da Universidade assim como uma biblioteca ou os laboratórios de informática comuns. Todos os espaços deveriam disponibilizar recursos adaptados na lógica do desenho universal, para possibilitar a todos o convívio social e diminuir a condição de incapacidade dos indivíduos (ALCOBA, 2008).

Rosseto (2009) afirmou que o Programa de Educação Especial da instituição de ensino superior, a qual ela pesquisou, a UNOESTE, tem procurado desenvolver suas atividades em conjunto com a organização social das pessoas com deficiência e com instituições das redes municipal e estadual de ensino. O programa encontrava-se estruturado no formato multicampi, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). A maioria dos seus integrantes eram pessoas com deficiência, formadas na própria Instituição. Todas as atividades realizadas tiveram como pressuposto, além de dar apoio ao ingresso e à permanência de alunos com deficiência nos diversos cursos de graduação e de pós-graduação da Universidade, romper com a idéia de incapacidade, ainda presente na nossa sociedade em relação a essas pessoas.

Os candidatos com necessidades educacionais especiais, inscritos no concurso vestibular, eram avaliados por meio de uma banca especial. Essa banca tinha a finalidade de assegurar as condições adequadas a estes vestibulandos com metodologias e recursos pedagógicos específicos, tais como: intérpretes para usuários de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); ledor e materiais com caracteres ampliados; exercícios com material gráfico; computadores com programa Dosvox; professores para cada uma das áreas específicas; equipamentos adaptados e, orientações a todos os membros da comunidade universitária sobre a melhor forma de se relacionar com os candidatos com deficiência no decorrer do concurso.

No ato da matrícula, os alunos declaravam suas necessidades educacionais para que fossem tomadas as medidas adequadas à sua permanência na graduação, criando condições que possibilitassem a aprendizagem e participação deles na vida acadêmica da Universidade. Foram viabilizados momentos de reflexões e discussões entre a coordenação do setor, professores, alunos e coordenadores dos colegiados dos cursos que possuem acadêmicos com deficiência. Além disso, o Programa de Educação Especial promoveu várias atividades de extensão e pesquisa para a comunidade com temas relacionados à educação e tecnologias, bem como sobre a Pedagogia especial, na perspectiva histórico cultural e suas implicações para a educação das pessoas com deficiência.

A acessibilidade esteve ora presente, ora ausente durante a trajetória acadêmica do estudante com deficiência (GOMES; SILVA, 2003). Outros estudos, como de Pacheco; Costas (2005), investigaram o processo de inclusão junto aos coordena-

dores dos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e, constataram que o trabalho encontrava-se em fase inicial, visto que ainda não existia uma política institucional para a efetivação do processo inclusivo. Havia uma comissão específica, em nível institucional, para encaminhar medidas que auxiliassem no processo de inclusão.

A partir das experiências trazidas pelas pesquisas, pode-se dizer que, apesar da existência de políticas que garantem o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino superior, elas ainda não são suficientes para a conclusão da graduação, contudo são necessárias para respaldar as ações que devem ser implementadas.

Moreira (2005) acrescentou ainda, que a existência de aparatos legais, apesar de importantes, não garantem a efetivação de políticas e programas inclusivos. Uma educação que prime pela inclusão deve ter investimentos em materiais pedagógicos, em qualificação de professores e em infraestrutura adequada para o acesso, permanência e conclusão, atentando sempre a qualquer forma discriminatória existente.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa retrospectiva, descritiva e documentada sobre a experiência do processo de implantação do AEE na Universidade. O recorte temporal compreende período de 2009 a 2013. Valemos-nos de registros em cadernos de campo e documentos escritos, tais como projetos, legislações e relatórios, que registraram o conteúdo de entrevistas informais, por meio da técnica da conversação realizadas com os gestores/as, diretores/as e funcionários/professores/ alunos/as com e sem deficiência. Participaram desta etapa de trabalho 238 pessoas, sendo 167 pessoas identificadas como portadores de algum tipo de deficiência e 71 professores/as, gestores/as e diretores/as. A identidade de todos será preservada.

Conforme González Rey (2005), a técnica da conversação é um processo estabelecido entre o pesquisador e as pessoas entrevistadas, exigindo iniciativa e criatividade do entrevistador para o uso de recursos e estratégias que estimulem os sujeitos a se envolverem no assunto abordado.

A comunicação interativa se mostrou uma aliada para obter informações sobre as dimensões subjetivas implicadas na execução de uma proposta que se alinha com as atuais políticas governamentais, pois quem as elabora e executa são pessoas que possuem compromissos sociais estabelecidos.

Os documentos, bem como as informações obtidas nas entrevistas, foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, definida por Bardin (1977) como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (p. 38)

Esse conjunto de instrumentos nos forneceu subsídios para a construção das informações sobre o processo de implantação dos atendimentos educacionais especiais ao aluno/a com necessidades educacionais especiais na Universidade. Esse delineamento metodológico está ancorado nos princípios da Epistemologia Qualitativa, que [...] compreende o conhecimento como uma produção e não como uma apropriação linear de uma realidade que se apresenta. A realidade é um domínio infinito de campos inter-relacionados independentemente de nossas práticas (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 5).

A realidade, sobre a qual nos debruçamos, é um espaço complexo, palco de inúmeros interesses explícitos e implícitos que possuem configurações específicas, considerando os fatores de localização geográfica, as políticas internas da Universidade e os investimentos das políticas de ensino superior que variam em cada período da história, os quais não serão alvo das nossas discussões, a não ser quando se fizerem necessárias para contextualizar o objeto deste estudo, pois o AEE, no ensino superior, é um assunto recente, considerando que ainda são poucas as pessoas com necessidades educacionais especiais que tiveram acesso a esse nível de ensino, conforme as pesquisas mencionadas neste texto.

A Universidade possuía 87 cursos de graduação, 12 cursos de especialização, 30 cursos de mestrado, 08 cursos de doutorado, 1.119 docentes e 1.952 técnicos administrativos. Ela possui 15.079 alunos/as matriculados na modalidade de educação presencial até o ano de 2013, sendo 15.040 alunos na graduação. Em 2013, foram registrados 53 alunos com deficiência na Universidade, desse conjunto, 20 com deficiência física, 26 com deficiência auditiva, 03 deficiência visual e 04 com outras síndromes.

Inicialmente, esta pesquisa priorizou a cidade universitária, devido a uma maior concentração do número de estudantes identificados com necessidades educacionais especiais matriculados, perfazendo o total de 31 alunos, sendo 15 com deficiência auditiva, 13 com deficiência física, 01 com deficiência visual e 04 com outras síndromes.

Resultados e discussões

A Universidade pesquisada tem desenvolvido ações de ensino, pesquisa e extensão direcionadas às pessoas com necessidades educacionais especiais. Como exemplo, destacamos os cursos de Mestrado e Doutorado em Educação. Quanto ao ensino de graduação, os cursos oferecem disciplinas ou conteúdos de disciplinas voltadas para esta área.

Com relação às ações direcionadas aos alunos/as matriculados na Universidade destacou-se o concurso vestibular, o qual previa condições específicas para os grupos de alunos com deficiências físicas, auditivas e visuais. Além disso, existia uma Comissão Institucional de Educação Especial atuando no acompanhamento e busca de resolução dos problemas de suporte na área pedagógica e de acessibilidade. A Comissão desenvolvia ações junto à Pró-reitoria, a qual se ocupa dos assuntos estudantis. Esta comissão teve dificuldades para avançar na implantação do Núcleo de Educação Especial, conforme está previsto na legislação brasileira. E ainda, o acompa-

nhamento dessas pessoas ocorria por iniciativas individuais de alguns profissionais, que possuíam mais acúmulo de informações (pesquisa, estudos, experiências). Dito de outro modo, a política institucional nesta Instituição de Ensino Superior, que prevê a acessibilidade, flexibilização e a diferenciação do currículo para a conclusão dos cursos por estes alunos ainda está em construção.

Em 2009, foi criado o Programa Universidade Acessível como o apoio da Pró-reitoria responsável pelos Assuntos Estudantis, com o objetivo de construir um espaço para o atendimento educacional especializado e elaborar estratégias de acompanhamento de acadêmicos com necessidades educacionais especiais matriculados no campus Universitário 01 e, que tem ainda como objetivo, estender esta política para os outros Campi. Este programa contou com recursos da extinta SEESP, que concedeu uma sala de recursos multifuncional do tipo I e II. Além disso, ganhamos o Edital Incluir nº 5 2009 e nº 6 2010. Esta sala está situada no prédio ao lado do Diretório Central dos Estudantes e da Casa da Ciência, na região central do campus e de fácil acesso.

No processo de implantação deste programa, perguntávamos quem eram os alunos com necessidades educacionais especiais matriculados na Universidade. Este número não estava disponibilizado pela Instituição, visto que, embora na ficha de matrícula do/a aluno/a tenha um campo para registrar a informação sobre a sua necessidade especial, esse dado não era informado. Neste sentido, entendemos que precisávamos aprimorar esta ficha junto com a Pró-reitoria de Graduação e com o Núcleo de Informática, para que as informações fossem geradas rapidamente.

Além disso, foi necessário construir várias ações de extensão que divulgassem o trabalho oferecido pelo Programa. Dentre elas, destacam-se:

- a) Sensibilização da comunidade universitária, por meio de informações sobre os objetivos das propostas de atendimento educacional especializado aos alunos que apresentavam necessidades educacionais especiais e para a comunidade universitária em geral, por meio de folders, banners, palestras, site e conversas informais;
- b) Pesquisas sobre as concepções dos alunos, professores e técnicos sobre as necessidades educacionais especiais, observando mitos, preconceitos e estereótipos que contribuem para exclusão de pessoas com estas características. Os resultados dessa pesquisa foram importantes para o planejamento de ações referentes à identificação da população a ser atendida e de serviços a serem construídos.
- c) Reunir o conjunto de informações sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão produzidas pelos professores, alunos da graduação e pós-graduação da Universidade, e disponibilizá-las no site do Programa.
- e) Criação de estágios supervisionados para os alunos de diversos cursos da Universidade, agregando a graduação e pós-graduação.
- f) Construção de instrumentos de triagem e avaliação para registro, atendimento e acompanhamento dos acadêmicos que procuram o atendimento

educacional especializado, oferecido pelo Laboratório de Educação Especial.

g) Avaliação das necessidades educacionais especiais do aluno que procurou o atendimento educacional especializado.

h) Orientações ao corpo docente e funcionários de diferentes setores da instituição, dentre eles, a biblioteca e o restaurante universitário.

i) Diagnóstico institucional sobre as condições de acessibilidade da Universidade;

j) Proposição e criação de uma unidade institucional para garantir que a efetivação das políticas de inclusão na Universidade;

Retomando o objetivo deste trabalho, o AEE, na Universidade, ainda encontra-se em fase de implantação, pois estamos recebendo alguns equipamentos e mobiliários da sala de recursos multifuncional. Entendemos também que um trabalho como esse deve fazer parte da Política Institucional, visto que há necessidade de transformação do ambiente universitário, que vai além de adaptações arquitetônicas, embora essa seja uma das principais reivindicações dos participantes deste estudo, pois há necessidade de se quebrar a concepção historicamente constituída de que a universidade foi um espaço para poucos privilegiados. O artigo 2º da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, definiu acessibilidade como sendo:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Registramos que a Universidade foi construída antes da vigência das normas atuais sobre acessibilidade. Além disso, nos últimos 20 anos, estes espaços receberam poucos reparos e, conseqüentemente, estão em precárias condições de uso. Constataram-se poucas adaptações arquitetônicas, mesmo nas edificações recentes desta Instituição. Verificamos que tanto os gestores/as, professores/as, acadêmicos/as demonstraram descontentamento com as condições físicas da Universidade, bem como a morosidade burocrática para que edificações ou reformas sejam realizadas, penalizando a todos indistintamente.

Nota-se que a barreira burocrática tem contribuído para a precariedade das condições físicas da citada Instituição. Esse é um fator que depende de instâncias que escapam ao controle da gestão local, mas que precisaria ser levada em consideração pelos órgãos que regulamentam a legislação. Certamente esse é um aspecto que requer pesquisas e investimentos futuros para efetivar uma política educacional aberta às diferenças. A respeito disso, Krüger e col. (s/d acesso 06/11/2011) afirmam que,

A arquitetura de um espaço é uma forma de linguagem, e expressa às exigências sociais, portanto ela informa sobre a cultura, as normas, os valores, intenções e expectativas de proporcionar maior ou menor possibilidade de convívio entre as pessoas. Assim na era da fragmentação da vida social é de se esperar que

nem todos os espaços sejam acessíveis a todas as pessoas, sobretudo nos lugares destinados a uma seleta minoria de privilegiados intelectualmente e porque não dizer economicamente.

Em meio às concessões e conquistas, as pessoas com deficiências, por exemplo, tem movimentado as estruturas institucionais, porque colocam em cheque a cultura da homogeneização das turmas, nos remetendo a outros aspectos que merecem atenção, dentre eles: o processo de matrícula, a escolha profissional, a organização do currículo, a forma de avaliação, levando-nos a discussão de diretrizes para construção de projetos de ensino para as IES, na perspectiva da educação inclusiva.

Outro fator que mereceu atenção foi a identificação da população de alunos/as que se identificaram com sendo pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais. Elas foram identificadas em decorrência das deficiências físicas, auditivas e visuais. Altas habilidades/superdotação e transtornos de aprendizagem não foram mencionados.

Registramos dificuldades para entrar em contato com os alunos/as que foram identificados no ato da matrícula com necessidades educacionais especiais, pois os telefones e endereços não conferiam com as informações obtidas pelos meios oficiais, o que nos levou a entrar em contato com os coordenadores de cursos. Certamente este é um aspecto que merecerá a construção de um sistema de matrícula que disponibilize os dados dos alunos/as que precisarão desse tipo de atendimento.

Dos alunos/as identificados, 08 (2 com surdez moderada, 1 cego, 2 com deficiência física, 1 com baixa visão e 2 com transtornos mentais) receberam, ou estão recebendo, atendimento educacional especializado. Esses atendimentos consistiram prioritariamente na disponibilização de equipamentos, softwares, adaptação de materiais didáticos, orientações pedagógicas aos alunos/as e aos seus professores/as, além do encaminhamento para os atendimentos psicológicos disponibilizados nesta IES.

Considerando as especificidades de cada curso, o AEE foi planejado em conjunto com os professores/as das disciplinas, de modo a construir estratégias de aprendizagem, conhecimento das diversas questões que envolvem o direcionamento do conteúdo e de auxílio técnico específico a esses alunos para atender melhor às suas necessidades e superar os preconceitos sobre a incapacidade ou capacidade destas pessoas (MOREIRA, 2008).

Aprendemos que o uso de tecnologia poderá oferecer vantagens para aqueles que desejam um ensino flexível e adaptável, no entanto, o acesso às informações requer uma atenção especial dos projetos, os quais se deparam com o desafio de atender à diferentes necessidades e restrições dos usuários, portanto a acessibilidade é o conceito chave que permeia o conjunto de critérios que devem ser considerados para enfrentar esse desafio.

Considerações finais

A implementação de propostas pedagógicas necessárias para viabilizar o processo de ensino-aprendizagem de alunos com as citadas características requer:

- elaboração e implementação de políticas públicas que tornem obrigatória a estruturação e institucionalização de núcleos de acessibilidade nas instituições de ensino superior, dado que, a existência de programas que visam a inclusão e permanência do acadêmico, não é de caráter permanente;
- reinstaurar uma comissão permanente que trate de assuntos voltados à inclusão e permanência do aluno com necessidades educacionais na instituição e atue como mediadora entre as necessidades do núcleo de AEE e os subsídios que podem ser oferecidos pela instituição;
- possibilitar a construção de projetos de formação de professores (formação inicial e formação continuada);
- ampliar a parceria com outros cursos, não somente dos campi, mas de outras IES, de forma a planejar, elaborar e implementar projetos que tornem a universidade acessível, de fato, tanto na eliminação de barreiras arquitetônicas, como na criação de recursos para a adaptação dos ambientes físicos, softwares específicos, entre outros;
- realizar a contratação de profissionais especializados para atender a essa população;
- promover alterações nos currículos dos cursos, de forma que a disciplina de Educação Especial seja obrigatória, como uma forma de sensibilizar a comunidade acadêmica a respeito das deficiências, bem como desmistificar as concepções existentes.

Sabemos que os desafios a serem enfrentados são muitos, diante das propostas acima, mas, quando verificamos o aumento considerável de trabalhos no AEE no ensino superior, bem como as experiências de outras IES do país, verificamos que, assim como na Universidade, estas também têm feito todo o possível para instituir um núcleo que possibilite a inclusão desse aluno no ensino superior, garantir sua permanência e sua conclusão, assim como a Instituição tem enfrentado os entraves institucionais e pessoais existentes e isso nos tem motivado a continuar lutando por um direito que deveria ser garantido, desde sua promulgação e que, apesar das dificuldades de ordem política, cultural e econômica, acreditamos que será possível, gradativamente, alterar a visão que se tem a respeito de tornar imprescindível a garantia de inclusão dessa população no ensino superior.

Referências

ALCOBA, S.A.C. *Estranhos no ninho: a inclusão de alunos com deficiência na Unicamp*. 2008. 231 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

BARDIN, L. *Análise do Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 10.098, de 08 de novembro de 2000*. Brasília, DF.

_____. *Ministério da Educação. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003*. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino**. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs). 2ª ed. ver. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

_____. Casa Civil. **Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007**. Brasília, DF.

_____. **Decreto nº. 6.571 de 17 de setembro de 2008**. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial (MEC/SEESP), 2010.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/civil-03/leis/L9394.htm>>. Acesso em 06 de novembro de 2011.

_____. **Política Pública de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em 06 de novembro de 2011.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível. Disponível em: <http://periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 02 de novembro de 2011.

GOMES, J. B; SILVA, F. D. L. L. da. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. Seminário Internacional as minorias e o direito: CJF, 2003. 272 p. Cadernos do CEJ, v. 24. Disponível em: <<http://www.cjf.gov.br/revista/seriecadernos/vol24/artigo04.pdf>>. Acesso em: mar. 2007.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: o processo de construção da informação**. São Paulo: Thomson-Pioneira, 2005.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior em 2008**. Brasília: INEP, 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/>>. Acesso em: 09 de set. de 2012.

KRUGER, J.A; MACHADO, R.R; MACHADO, E.R; VALDÍVIA, F.A; RODRIGO, U; LICHACOVSKI, J,-C,G; da SILVA, M.B. **Acessibilidade na universidade: repensando os processos inclusivos**. Disponível em: <<http://www.uepg.br/revistaconexao/revista/edicao03/artigo2.pdf>>. Acesso em: 06 de novembro de 2011.

MOREIRA, H, F; MICHELS, L, R; COLOSSI, N. Inclusão educacional para pessoas portadoras de deficiência: um compromisso com o ensino superior. *Escritos educ*, São Paulo, vol. 5, n. 1, p. 19-25. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S167798432006000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 03 de dezembro de 2011.

MOREIRA L. C. Das indagações ao cotidiano da sala de aula: perspectivas de inclusão na universidade. In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. (Org). **Educação Especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre, RS: Editora Mediação. 2008.

_____. In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, n. 25, 2005, p. 37-47.

ROSSETO, E. **Sujeitos com deficiência no ensino superior: vozes e significados**. 2009. 238 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Correspondência

Alexandra Ayach Anache – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Ciências Humanas. Cidade Universitária s/n. CEP: 79070-900, Caixa postal: 549 – Campo Grande, Mato Grosso Sul – Brasil.

E-mail: alexandra.anache@gmail.com

Recebido em 26 de maio de 2013

Aprovado em 16 de outubro de 2013

